

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 113 milhões, correspondendo a R\$ 4.807,76 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.450 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 6,68% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. A Instituição possui participação societária nas empresas Aquarius Holdings Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 30 de junho de 2019, o total de Ativos somava R\$ 35.708 milhões, destacando-se R\$ 30.982 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.344 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado

por R\$ 21.146 milhões de Depósitos Interfinanceiros e R\$ 9.174 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.378 milhões. A Instituição possuía 5.685.170.539 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 128.320 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança.

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2019	2018		2019	2018
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	31.036.634	30.355.511	DEPÓSITOS (Nota 11)	21.704.965	15.092.864
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	30.981.848	30.204.972	Depósitos Interfinanceiros	21.145.667	14.377.764
Carteira Própria	30.936.458	30.162.304	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	21.145.667	14.377.764
Vinculados à Prestação de Garantias	45.390	42.668	FINAME	1.931	10.582
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	557.367	704.518
Transferências Internas de Recursos	1	-	Sociais e Estatutárias	21.250	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(23.925)	(13.048)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	43.081	10.291
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	800.801	803.825	Diversas (Nota 15b)	493.036	694.227
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(766.583)	(774.509)			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(58.143)	(42.364)			
OUTROS CRÉDITOS	48.727	151.372			
Diversos (Nota 8)	48.727	151.372	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.552.966	16.354.186
OUTROS VALORES E BENS	26.625	6.662	RECURSOS DE ACETTES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	9.173.576	14.979.520
Outros Valores e Bens	44.360	51.899	Recursos de Debêntures	9.173.576	14.979.520
(Provisões para Desvalorizações)	(18.948)	(45.274)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	683	2.409
Despesas Antecipadas	1.213	37	FINAME	683	2.409
			OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	1.378.707	1.372.257
			Sociais e Estatutárias	26.930	-
			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	305.920	337.963
			Diversas (Nota 15b)	1.045.857	1.034.294
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	916.138	1.006.255	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	3.449.840	3.391.858
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.258	1.183	De Domiciliados no País	2.312.267	2.312.267
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.258	1.183	Reservas de Lucros	1.137.573	1.079.599
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(89.147)	(45.422)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(8)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	1.215.978	1.049.426			
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(1.215.937)	(1.049.323)			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(89.188)	(45.525)			
OUTROS CRÉDITOS	1.004.018	1.050.460			
Diversos (Nota 8)	1.004.018	1.050.460			
OUTROS VALORES E BENS	9	34			
Despesas Antecipadas	9	34			
PERMANENTE	3.754.999	3.477.142			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	64.242	62.640			
No País	57.797	55.825			
Outros Investimentos	15.963	26.394			
(Provisões para Perdas)	(9.518)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.721	2.728			
Imóveis de Uso	11.118	25.056			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	-			
(Depreciações Acumuladas)	(22.336)	(22.328)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7)	3.688.036	3.411.774			
Bens Arrendados	5.397.329	5.629.518			
(Depreciações Acumuladas)	(1.709.293)	(2.217.744)			
TOTAL	35.707.771	34.838.908	TOTAL	35.707.771	34.838.908

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.656.090	1.701.725
Operações de Crédito (Nota 7)	42.426	19.140
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	606.445	710.248
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	1.007.219	972.337
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.520.772)	(1.531.473)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(1.006.155)	(972.060)
Operações de Empréstimos e Repasses	(73)	(190)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	(491.750)	(608.623)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.794)	49.400
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	135.318	170.252
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	5.875	(11.037)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(10.076)	(8.941)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(21.806)	(21.748)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	860	1.014
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	41.933	31.052
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(5.036)	(12.414)
RESULTADO OPERACIONAL	141.193	159.215
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	(7.292)	(12.024)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	133.901	147.191
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	(20.510)	(7.802)
Imposto de Renda	(16.656)	9.136
Contribuição Social	(10.447)	(1.868)
Ativo Fiscal Diferido	6.593	(15.070)
LUCRO LÍQUIDO	113.391	139.389
Número de ações (Nota 16)	23.585	23.585
Lucro por lote de mil ações em R\$	4.807,76	5.910,07

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 31.12.2017	2.312.267	269.881	801.329	(5)	-	3.383.472
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro Líquido	-	-	-	-	139.389	139.389
Destinações: - Reservas	-	6.970	1.419	-	(8.389)	-
- Dividendos	-	-	-	-	(131.000)	(131.000)
Saldos em 30.6.2018	2.312.267	276.851	802.748	(8)	-	3.363.378
Saldos em 31.12.2018	2.312.267	276.676	774.435	-	-	3.363.378
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	113.391	113.391
Destinações: - Reservas	-	5.670	80.792	-	(86.462)	-
- Dividendos	-	-	-	-	(26.929)	(26.929)
Saldos em 31.6.2019	2.312.267	282.346	855.227	-	-	3.449.840

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Leasing evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que con-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	133.901	147.191
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	425.435	532.725
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.794	(49.400)
Depreciação e Amortização	430.863	442.414
Provisões/(Reversões) Cíveis e Fiscais	(47.856)	5.431
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(860)	(1.014)
Insuficiência de Depreciação	16.372	126.110
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	3.915	8.965
Outros	207	219
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	559.336	679.916
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(38)	5.745.219
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	30.932.836	24.061.891
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(7.602)	21.686
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(10.379)	(11.033)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(746.559)	(295.064)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	(30.967.495)	14.377.764
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.403)	(6.793)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.944	(96.350)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(36.149)	(31.078)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(273.509)	44.446.158
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 10.

1) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados nas Notas 12 e 13.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 14.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	3.358	5.553
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.358	5.553

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Acima de 360 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.258	1.183
Total em 2019	1.258	1.183
%	100,0	100,0
Total em 2018	1.183	1.183
%	100,0	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas	-	12.985
• Posição bancada	-	12.985
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	37	528
Total (Nota 6c)	37	13.513

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria	30.936.458	30.162.304
Cotas de fundos de investimentos	30.936.458	30.162.304
Vinculados à prestação de garantias	45.390	42.668
Letras financeiras do tesouro	45.390	42.668
Total	30.981.848	30.204.972

b) Classificação por categoria e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2019		2018		Marcação a mercado	Marcação a mercado
Títulos (1)	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado		
Títulos para negociação (3)	30.804.090	177.758	30.981.848	30.981.848	-	30.204.972 (3)
Letras do tesouro nacional	23.333.102	-	23.333.102	23.333.102	-	25.774.945
Notas do tesouro nacional	6.468.586	-	6.468.586	6.468.586	-	2.970.595
Letras financeiras do tesouro	-	175.680	175.680	175.680	-	425.757 (3)
Cotas de fundos (4)	1.002.402	-	1.002.402	1.002.402	-	1.032.148
Debêntures	-	2.078	2.078	2.078	-	1.527
Total em 2019	30.804.090	177.758	30.981.848	30.981.848	-	-
Total em 2018	-	-	-	-	-	30.204.972 (3)

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuiá R\$ 30.936.458 mil (2018 - R\$ 30.162.304 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(4) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(5) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

d) Modalidades e níveis de risco

	Nível de Risco								Total em 2019		Total em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289		2.344.289	
Total em 2019	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289			
%	14,8	24,3	52,5	0,9	0,6	0,2	0,2	3,7	2,8		100,0		
Total em 2018	278.522	344.168	1.185.843	44.315	13.371	26.716	9.525	2.516	54.963			1.959.939	
%	14,2	17,6	60,5	2,3	0,7	1,4	0,5	0,1	2,8				100,0

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

l) Níveis de Risco

	Níveis de risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total em 2018	% (1)	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289		2.344.289		
Total em 2019	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289				
%	14,8	24,3	52,5	0,9	0,6	0,2	0,2	3,7	2,8		100,0			
Total em 2018	278.522	344.168	1.185.843	44.315	13.371	26.716	9.525	2.516	54.963			1.959.939		
%	14,2	17,6	60,5	2,3	0,7	1,4	0,5	0,1	2,8				100,0	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total em 2018	% (1)	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289		2.344.289		
Total em 2019	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289				
%	14,8	24,3	52,5	0,9	0,6	0,2	0,2	3,7	2,8		100,0			
Total em 2018	278.522	344.168	1.185.843	44.315	13.371	26.716	9.525	2.516	54.963			1.959.939		
%	14,2	17,6	60,5	2,3	0,7	1,4	0,5	0,1	2,8				100,0	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

	Operação						Total em 2019		Total em 2018	
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Total	%	Total	%
Operações de arrendamento mercantil	2.177.227	61.636	73.746	6.852	7.739	17.003	2.344.289		1.959.939	
Total	2.177.227	61.636	73.746	6.852	7.739	17.003	2.344.289		1.959.939	

f) Concentração de operações de arrendamento mercantil

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Maiores devedores	207.290	78.825
Dez maiores devedores	663.351	283.319
Vinte maiores devedores	888.773	586.179
Cinquenta maiores devedores	1.257.253	907.308
Cem maiores devedores	1.586.175	1.186.098

(1) Em relação ao total da carteira - critério Baacen.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	37	13.513
Títulos de renda fixa	1.007.182	958.824
Total	1.007.219	972.337

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Baacen. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira Banking (1)					
	2019			2018		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais						
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(131)	(19.553)	(38.595)	(80)	(16.833)	(32.274)
Índices de preços						
Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(2)	(132)	(249)	(4)	(392)	(654)
Cupom cambial						
Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	-	(39)	(77)	(2)	(221)	(435)
Moeda estrangeira						
Exposições sujeitas à variação cambial	(109)	(2.241)	(4.482)	(111)	(2.785)	(5.571)
Renda variável						
Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(618)	(15.461)	(30.923)	(495)	(12.379)	(24.758)
Soberanos/eurobonds e treasuries						
Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(14)	(691)	(1.360)	(16)	(1.107)	(2.155)
Total sem correlação	(874)	(38.117)	(75.686)	(708)	(33.717)	(65.847)
Total com correlação	(533)	(17.317)	(34.409)	(572)	(26.505)	(51.667)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,84 foi utilizado um cenário de R\$ 3,87, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 5,86% foi aplicado um cenário de 5,87%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,84 foi utilizado um cenário de R\$ 4,79,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao período, está demonstrado a seguir:

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Lucro líquido do período.....	113.391	139.389
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(6.670)	(6.970)
Base de cálculo	107.721	132.419
Dividendos propostos (1)	26.930	-
Juros sobre o capital próprio (2).....	-	131.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio.....	-	(19.695)
Juros sobre o capital próprio (líquido) a pagar	-	111.305
Percentual em relação à base de cálculo	-	84,1%
Valor em Reais por ação	1.141,84	4.721,22

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Conforme Ata de Reunião de Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.250 mil, a ser pago em 30 de dezembro de 2019.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Jurídicas processuais.....	3.230	2.964
Serviços técnicos especializados.....	2.314	2.100
Despesas com seguros (1).....	1.773	-
Serviços do sistema financeiro.....	1.483	1.942
Processamento de dados.....	553	885
Outras.....	723	1.050
Total	10.076	8.941

(1) Refere-se ao diferimento anual pela contratação de seguro garantia para processos fiscais, registrado como despesa antecipada em 5 de novembro de 2018.

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	16.077	16.093
Contribuição à Cofins.....	4.808	4.755
Contribuição ao PIS.....	781	773
Outras.....	140	127
Total	21.806	21.748

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Reversões de juros (1).....	17.533	-
Varição monetária ativa.....	10.748	11.431
Atualização monetária sobre depósito vinculado.....	8.442	12.457
Rendas de outros serviços.....	1.213	1.183
Outras.....	3.997	5.981
Total	41.933	31.052

(1) Referem-se às reversões de juros Selic incidentes sobre IRPJ/CSLL.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Provisões cíveis.....	3.085	6.800
Outras despesas financeiras.....	1.219	2.626
Provisões - outras.....	236	219
Descontos concedidos.....	496	2.290
Outras.....	-	-
Total	5.036	12.414

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Prejuízo na alienação de outros valores e bens.....	(4.238)	(4.174)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(3.915)	(8.965)
Receita de alugueis (Nota 22a).....	861	1.115
Total	(7.292)	(12.024)

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4).....	3.358	5.553	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a).....	1.258	1.183	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	29.803.740	29.186.148	-	-
Operações de arrendamento mercantil.....	-	-	797	2.271
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 11).....	21.145.667	14.377.764	-	-
Recursos de debêntures (Nota 12).....	9.173.576	14.979.520	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 16c).....	48.180	-	-	-
	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018
Receitas de intermediação financeira.....	1.789.202	959.679	-	515
Despesas de intermediação financeira.....	(997.449)	(972.060)	-	(403)
Receita de aluguel (Nota 21).....	850	1.104	11	11
Despesa de comunicação.....	(39)	(79)	-	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Membros
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glúher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas
Vice-Presidente	
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes
Octavio de Lazari Junior	Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri

Diretores Gerentes

Moacir Nachbar Junior Renato Ejnisman Walkiria Schirmeister Marchetti Guilherme Muller Leal Rogério Pedro Câmara João Carlos Gomes da Silva Bruno D'Ávila Melo Boetger
--

Diretores Adjuntos

José Ramos Rocha Neto Leandro de Miranda Araujo Antonio José da Barbara

Diretores

Leandro José Diniz Frederico William Wolf José Gomes Fernandes
--

Diretor de Relações com Investidores

Leandro de Miranda Araujo

Silvio José Alves
Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.V e 7b às demonstrações contábeis. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 7i, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 147.331 mil, a Instituição classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico financeira, grau de envolvimento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de Arrendamento Mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

• Como nossa auditoria abordou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f e 7i.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações da Instituição, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

• Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tornadas em conjunto.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

CPC 10 - PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	133.901	147.191
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	(53.560)	(66.236)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	344	456
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(13)	(329)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	-	58.950
Outros valores (1).....	32.719	(643)
Imposto de renda e contribuição social do período	(20.510)	(7.802)

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 32.505 mil; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(27.103)	7.268
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	6.593	(22.180)
Utilização de saldo inicial de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(94)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	-	7.204
Total dos ativos fiscais diferidos	6.593	(15.707)
Imposto de renda e contribuição social do período	(20.510)	(7.802)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Saldo em 2018	Constituição	Realização	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	133.308	11.773	(2.656)	142.425
Provisões cíveis.....	37.435	37	(857)	36.615
Provisões fiscais.....	14.364	488	(7.013)	7.839
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	500	162	-	662
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	5.867	4.887	(2.475)	8.279
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	1	-	(1)	-
Outros valores.....	19.329	3.297	(1.049)	21.577
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	210.804	20.644	(14.051)	217.397
Base negativa de contribuição social.....	756	-	-	756
Total dos créditos tributários (Notas 3g e 8)	211.560	20.644	(14.051)	218.153
Obrigações fiscais diferidas (Notas 15a e 23e)	296.168	9.752	-	305.920
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(84.608)	10.892	(14.051)	(87.767)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Imposto de renda	Contribuição social	Base negativa Contribuição social	Total
2019.....	20.381	12.652	-	33.033
2020.....	28.280	16.545	-	44.825
2021.....	26.811	16.087	756	43.654
2022.....	18.633	11.180	-	29.813
2023.....	41.032	24.619	-	65.651
Após 2023.....	736	441	-	1.177
Total (Nota 8)	135.873	81.524	756	218.153

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 206.816 mil (2018 - R\$ 241.179 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 305.920 mil (2018 - R\$ 337.963 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 230.203 mil (2018 - R\$ 221.273 mil), e atualização monetária sobre depósitos judiciais de R\$ 75.717 mil (2018 - R\$ 116.690 mil), respectivamente.

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações